

TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS UNIFICADA - JUSTIÇA ESTADUAL

CLASSES CNJ	Código CNJ	Prazo de guarda após baixa	DESTINAÇÃO FINAL		OBSERVAÇÕES
			ELIMINAÇÃO	GUARDA PERMANENTE	
JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	547				
Seção Cível	1385	-	-	-	-
Cartas	1450	-	-	-	-
Carta de ordem	1451	-	-	-	-
Carta Precatória	1455	-	-	-	-
Incidentes	10969	-	-	-	-
Exceções	10971	-	-	-	-
Exceção de Impedimento	10975	-	-	-	-
Exceção de Incompetência	10976	-	-	-	-
Exceção de Suspeição	10977	-	-	-	-
Exibição de Documento ou Coisa	10972	-	-	-	-
Impugnação ao Valor da Causa	10973	-	-	-	-
Incidente de Falsidade	10974	-	-	-	-
Petição	11026	-	-	-	-
Processo de Conhecimento	1386	-	-	-	-
Ação Civil Pública	1690	-	-	-	-
Ação de Alimentos	1389	-	-	-	-
Adoção	1401	-	-	-	-
Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	1412	-	-	-	-
Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança ou Adolescente	1392	-	-	-	-
Apuração de Irregularidades em Entidades de Atendimento	1391	-	-	-	-
Autorização judicial	1703	-	-	-	-
Emancipação	1415	-	-	-	-
Embargos de Terceiro	1704	-	-	-	-
Guarda	1420	-	-	-	-
Habilitação para Adoção	10933	-	-	-	-
Mandado de Segurança	1691	-	-	-	-
Perda ou Suspensão ou Restabelecimento do Poder Familiar	1426	20	Elim.	-	(1)
Prestação de Contas	1425	-	-	-	-
Procedimento ordinário	1706	-	-	-	-

	Providência	1424	-	-	-	-
	Regularização de Registro Civil	1417	-	-	-	-
	Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador	1705	-	-	G. Perm.	-
	Revisão Judicial de Decisão do Conselho Tutelar	1390	-	-	-	-
	Suprimento de Capacidade ou de Consentimento para Casar	1414	10	Elim.	-	(2)
	Tutela	1396	-	-	G. Perm.	-
	Tutela c/c Destituição do Poder Familiar	1399	-	-	G. Perm.	-
	Processo de Execução	1430	-	-	-	-
	Execução de Alimentos	1432	-	-	-	-
	Execução de Multa	1435	-	-	-	-
	Medidas de Proteção à Criança e Adolescente	1434	-	-	-	-
	Processos Cautelares	1436	-	-	-	-
	Busca e Apreensão	1438	-	-	-	-
	Cautelar Inominada	1440	-	-	-	-
Seção Infracional		1459	-	-	-	-
	Cartas	1473	-	-	-	-
	Carta de Ordem	1474	-	-	-	-
	Carta Precatória	1478	-	-	-	-
	Execução de Medidas Sócio-Educativas	1465	-	-	-	-
	Incidente de Sanidade Mental	10960	-	-	-	-
	Petição	10979	-	-	-	-
	Procedimentos Investigatórios	1460	-	-	-	-
	Auto de Apreensão em Flagrante	1461	-	-	-	-
	Boletim de Ocorrência Circunstanciada	1463	-	-	-	-
	Relatório de Investigações	1462	-	-	-	-
	Processo de Apuração de Ato Infracional	1464	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS		1198				
	Pedido de Providências	1199	-	-	-	-
	Processo Administrativo	1298	-	-	-	-
	Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor	1262	-	-	-	-
	Reclamação Disciplinar	1301	-	-	-	-
	Sindicância	1308	-	-	-	-
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO		2				
	Outros Procedimentos	214	-	-	-	-
	Atos e expedientes	237	-	-	-	-
	Habilitação para Casamento	239	-	-	-	-

	Instrução de Rescisória	240	-	-	-	-
	Nomeação de Advogado	1701	-	-	-	-
	Petição	241	-	-	-	-
	Registro de Casamento Nuncupativo	251	-	-	-	-
	Cartas	257	-	-	-	-
	Carta de ordem	258	-	-	-	-
	Carta Precatória	261	-	-	-	-
	Incidentes	215	-	-	-	-
	Arguição de Inconstitucionalidade	216	-	-	G. Perm.	-
	Assistência Judiciária	218	-	-	-	-
	Exceções	224	-	-	-	-
	Exceção de Impedimento	1230	-	-	-	-
	Exceção de Incompetência	1232	-	-	-	-
	Exceção de Suspeição	1231	-	-	-	-
	Exibição de Documento ou Coisa	228	-	-	-	-
	Impugnação ao Pedido de Assistência Litisconsorcial ou Simples	230	-	-	-	-
	Impugnação ao Valor da Causa	231	-	-	-	-
	Impugnação de Assistência Judiciária	1702	-	-	-	-
	Incidente de Falsidade	232	-	-	-	-
	Incidente de Uniformização de Jurisprudência	233	-	-	G. Perm.	-
	Oposição	236	-	-	-	-
	Remoção de Inventariante	234	-	-	-	-
	Processo Cautelar	175	-	-	-	-
	Alimentos - Provisionais	176	-	-	-	-
	Apreensão de Títulos	177	-	-	-	-
	Arresto	178	-	-	-	-
	Arrolamento de Bens	179	-	-	-	-
	Atentado	180	-	-	-	-
	Busca e Apreensão	181	-	-	-	-
	Caução	182	-	-	-	-
	Cautelar Fiscal	83	-	-	-	-
	Cautelar Inominada	183	-	-	-	-
	Exibição	186	-	-	-	-
	Homologação do Penhor Legal	188	-	-	-	-
	Interpelação	1726	-	-	-	-

	Justificação			190	-	-	-	-
	Notificação			1725	-	-	-	-
	Outras medidas provisionais			1289	-	-	-	-
	Posse em Nome do Nascituro			192	-	-	-	-
	Produção Antecipada de Provas			193	-	-	-	-
	Protesto			191	-	-	-	-
	Regulamentação de Visitas			194	-	-	-	-
	Separação de Corpos			195	-	-	-	-
	Seqüestro			196	-	-	-	-
	Processo de Conhecimento			1106	-	-	-	-
	Procedimento de Conhecimento			1107	-	-	-	-
			Procedimento do Juizado Especial Cível	436	*	*	*	(3)
			Procedimento Ordinário	7	-	-	-	-
			Procedimento Sumário	22	-	-	-	-
			Procedimentos Especiais	26	-	-	-	-
			Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	27	-	-	-	-
			Anulação e Substituição de Títulos ao Portador	28	-	-	-	-
			Apreensão e Depósito de Coisa Vendida com Reserva de Domínio	29	-	-	-	-
			Arrolamento Comum	30	-	-	-	-
			Arrolamento Sumário	31	-	-	-	-
			Consignação em Pagamento	32	-	-	-	-
			Demarcação / Divisão	34	-	-	-	-
			Depósito	35	-	-	-	-
			Embargos de Terceiro	37	-	-	-	-
			Habilitação	38	-	-	-	-
			Interdito Proibitório	1709	-	-	-	-
			Inventário	39	-	-	-	-
			Monitória	40	-	-	-	-
			Nunciação de Obra Nova	41	-	-	-	-
			Prestação de Contas - Exigidas	45	-	-	-	-
			Prestação de Contas - Oferecidas	44	-	-	-	-
			Reintegração / Manutenção de Posse	1707	-	-	-	-
			Restauração de Autos	46	-	-	-	-
			Sobrepartilha	48	-	-	-	-

			Usucapião	49	-	-	-	-
			Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária	50	-	-	-	-
			Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento	51	40	Elim.	-	(4)
			Alienação Judicial de Bens	52	-	-	-	-
			Alvará Judicial	1295	-	-	-	-
			Arrecadação das Coisas Vagas	53	10	Elim.	-	(2)
			Confirmação de Testamento	54	40	Elim.	-	(4)
			Declaração de Ausência	55	40	Elim.	-	(4)
			Especialização de Hipoteca Legal	56			-	-
			Herança Jacente	57	40	Elim.	-	(4)
			Interdição	58	100	Elim.	-	(5)
			Organização e Fiscalização de Fundação	59	-	-	-	-
			Outros procedimentos de jurisdição voluntária	1294	-	-	-	-
			Separação Consensual	60	-	-	-	-
			Tutela e Curatela - Nomeação	61	-	-	-	-
			Tutela e Curatela - Remoção e Dispensa	1122	-	-	-	-
			Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis	62	-	-	-	-
			Ação Civil Coletiva	63	-	-	-	-
			Ação Civil de Improbidade Administrativa	64	-	-	-	-
			Ação Civil Pública	65	-	-	G. Perm.	-
			Ação Popular	66	-	-	G. Perm.	-
			Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	69	-	-	-	-
			Alteração do Regime de Bens	72	-	-	-	-
			Alvará Judicial - Lei 6858/80	74	-	-	-	-
			Apreensão de Embarcações	76	-	-	-	-
			Arribadas Forçadas	77	-	-	-	-
			Avaria a Cargo do Segurador	79	-	-	-	-
			Avarias	80	-	-	-	-
			Averiguação de Paternidade	123	-	-	-	-
			Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária	81	-	-	-	-

			Cobrança de Cédula de Crédito Industrial	84	-	-	-	-
			Compromisso Arbitral	85	-	-	-	-
			Consignatória de Aluguéis	86	-	-	-	-
			Conversão de Separação Judicial em Divórcio	87	-	-	-	-
			Depósito da Lei 8. 866/94	89	-	-	-	-
			Desapropriação	90	-	-	-	-
			Despejo	92	-	-	-	-
			Despejo por Falta de Pagamento	93	-	-	-	-
			Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	94	-	-	-	-
			Discriminatória	96	-	-	-	-
			Dissolução e Liquidação de Sociedade	97	-	-	-	-
			Divórcio Consensual	98	-	-	-	-
			Divórcio Litigioso	99	-	-	-	-
			Dúvida	100	10	Elim.	-	(2)
			Extinção das obrigações do falido	11397	-	-	-	-
			Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	108	-	-	-	-
			Habeas Data	110	-	-	G. Perm.	-
			Habilitação de Crédito	111	-	-	-	-
			Homologação de Transação Extrajudicial	112	-	-	-	-
			Imissão na Posse	113	-	-	-	-
			Impugnação de Crédito	114	-	-	-	-
			Inquérito Extrajudicial	115	-	-	-	-
			Justificação de Dinheiro a Risco	1124	-	-	-	-
			Mandado de Injunção	118	-	-	-	-
			Mandado de Segurança	120	10	Elim.	-	(2)
			Mandado de Segurança Coletivo	119	-	-	G. Perm.	-
			Pedido de Resposta ou Retificação da Lei de Imprensa	124	-	-	-	-
			Protesto Formado a Bordo	127	-	-	-	-
			Recuperação Extrajudicial	128	-	-	-	-

			Recuperação Judicial	129	-	-	-	-
			Registro Torrens	134	-	-	-	-
			Relatório Falimentar	135	-	-	-	-
			Remição do Imóvel Hipotecado	136	-	-	-	-
			Renovatória de Locação	137	-	-	-	-
			Restituição de Coisa ou Dinheiro na Falência do Devedor Empresário	138	-	-	-	-
			Retificação de Registro de Imóvel	1683	-	-	-	-
			Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	1682	-	-	-	-
			Revisão de Aluguel	140	-	-	-	-
			Separação Litigiosa	141	-	-	-	-
			Sonegados	142	40	Elim.	-	(4)
			Suprimento de Idade e/ou Consentimento	143	-	-	-	-
	Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão			155	-	-	-	-
			Cumprimento de sentença	156	5	Elim.	-	(6)
			Cumprimento Provisório de Decisão	10980	-	-	-	-
			Cumprimento Provisório de Sentença	157	-	-	-	-
			Impugnação ao Cumprimento de Decisão	10981	-	-	-	-
			Impugnação ao Cumprimento de Sentença	229	-	-	-	-
	Procedimento de Liquidação			150	-	-	-	-
			Liquidação por Arbitramento	151	-	-	-	-
			Liquidação por Artigos	152	-	-	-	-
			Liquidação Provisória por Arbitramento	153	-	-	-	-
			Liquidação Provisória por Artigos	154	-	-	-	-
	Processo de Execução			158	-	-	-	-
	Embargos			169	-	-	-	-
			Embargos à Adjudicação	170	-	-	-	-
			Embargos à Arrematação	171	-	-	-	-
			Embargos à Execução	172	-	-	-	-
			Embargos à Execução Fiscal	1118	-	-	-	-
			Embargos de Retenção por Benfeitorias	173	-	-	-	-
	Execução de Título Extrajudicial			159	**	**	**	(7)
	Execução de Título Judicial			1111	-	-	-	-
			Execução Contra a Fazenda Pública	1114	-	-	-	-

	Execução de Alimentos	1112	-	-	-	-
	Execução Fiscal	1116	**	**	**	(7)
	Execução Hipotecária do Sistema Financeiro da Habitação	1117	-	-	-	-
	Insolvência Civil	165	-	-	-	-
	Insolvência Requerida pelo Credor	166	-	-	-	-
	Insolvência Requerida pelo Devedor ou pelo Espólio	167	-	-	-	-
Recursos		197	-	-	-	-
	Embargos	207	-	-	-	-
	Embargos de Declaração	1689	-	-	-	-
	Embargos Infringentes na Execução Fiscal	210	-	-	-	-
PROCESSO CRIMINAL		268				
Cartas		334	-	-	-	-
	Carta de Ordem	335	-	-	-	-
	Carta Precatória	355	-	-	-	-
Execução Criminal		385	-	-	-	-
	Execução da Pena	386	-	-	-	-
	Execução de Medida de Segurança	11399	-	-	-	-
	Execução Provisória	1714	-	-	-	-
	Incidentes	406	-	-	-	-
	Anistia	409	-	-	-	-
	Comutação de Pena	411	-	-	-	-
	Conversão de Pena	407	-	-	-	-
	Excesso ou Desvio	408	-	-	-	-
	Indulto	410	-	-	-	-
	Superveniência de doença mental	1283	-	-	-	-
	Transferência entre estabelecimentos penais	1288	-	-	-	-
	Unificação de penas	1284	-	-	-	-
Medidas Cautelares		308	-	-	-	-
	Medidas Investigatórias Sobre Organizações Criminosas	311	-	-	-	-
	Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso	10967	-	-	-	-
	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	1268	-	-	-	-
	Pedido de Busca e Apreensão Criminal	309	-	-	-	-
	Pedido de Prisão	312	-	-	-	-
	Pedido de Prisão Preventiva	313	-	-	-	-
	Pedido de Prisão Temporária	314	-	-	-	-
	Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico	310	-	-	-	-

Medidas Garantidoras	303	-	-	-	-
Habeas Corpus	307	-	-	-	-
Liberdade	304	-	-	-	-
Liberdade Provisória com ou sem fiança	305	-	-	-	-
Relaxamento de Prisão	306	-	-	-	-
Medidas Preparatórias	269	-	-	-	-
Interpelações	274	-	-	-	-
Notificação para Explicações	275	-	-	-	-
Notificação para Explicações (Lei de Imprensa)	276	-	-	-	-
Petição	1727	-	-	-	-
Procedimento Comum	281	-	-	-	-
Ação Penal - Procedimento Ordinário	283	-	-	-	-
Ação Penal - Procedimento Sumário	10943	-	-	-	-
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	10944	***	***	***	(8)
Ação Penal de Competência do Júri	282	-	-	-	-
Procedimentos Investigatórios	277	-	-	-	-
Auto de Prisão em Flagrante	280	-	-	-	-
Inquérito Policial	279	****	****	****	(9)
Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)	1733	-	-	-	-
Representação Criminal	271	-	-	-	-
Representação Criminal	272	-	-	-	-
Termo Circunstanciado	278	-	-	-	-
Processo Especial	284	-	-	-	-
Processo Especial de Leis Esparsas	292	-	-	-	-
Crimes Ambientais	293	-	-	-	-
Crimes Contra a Propriedade Industrial	294	-	-	-	-
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	295	-	-	-	-
Crimes de Imprensa	297	-	-	-	-
Mandado de Segurança	1710	-	-	-	-
Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	300	-	-	-	-
Procedimento Especial dos Crimes de Abuso de Autoridade	302	-	-	-	-
Processo Especial do Código de Processo Penal	285	-	-	-	-
Crimes Contra a Propriedade Imaterial	289	-	-	-	-
Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular	288	-	-	-	-
Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos	287	-	-	-	-

	Restauração de Autos	291	-	-	-	-
Questões e Processos Incidentes		316	-	-	-	-
	Alienação de Bens do Acusado	1717	-	-	-	-
	Embargos de Terceiro	327	-	-	-	-
	Embargos do Acusado	1715	-	-	-	-
	Exceções	317	-	-	-	-
	Coisa Julgada	322	-	-	-	-
	Exceção da Verdade	324	-	-	-	-
	Exceção de Impedimento	323	-	-	-	-
	Exceção de Incompetência de Juízo	319	-	-	-	-
	Exceção de Suspeição	318	-	-	-	-
	Ilegitimidade de Parte	321	-	-	-	-
	Litispendência	320	-	-	-	-
	Incidentes	331	-	-	-	-
	Arguição de Inconstitucionalidade	1178	-	-	G. Perm.	-
	Avaliação para atestar dependência de drogas	1719	-	-	-	-
	Incidente de Falsidade	332	-	-	-	-
	Incidente de Uniformização de Jurisprudência	433	-	-	G. Perm.	-
	Insanidade Mental do Acusado	333	-	-	-	-
	Reabilitação	1291	-	-	-	-
	Medidas Assecuratórias	328	-	-	-	-
	Arresto / Hipoteca Legal	330	-	-	-	-
	Seqüestro	329	-	-	-	-
	Restituição de Coisas Apreendidas	326	-	-	-	-
Recursos		412	-	-	-	-
	Embargos de Declaração	420	-	-	-	-
	Recurso em Sentido Estrito	426	-	-	-	-
*	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - o prazo de guarda é de 90 dias.					
**	Processos de execução (execuções fiscais e execuções de outros títulos extrajudiciais) com assuntos que não sejam de guarda permanente, sem pendências (execução de verbas sucumbenciais acessórias), terão prazo de guarda de 3 (três) anos. Havendo pendências (execução de verbas sucumbenciais acessórias) o prazo de guarda será de 5 (cinco) anos.					

***	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO - o prazo de guarda para RÉU ABSOLVIDO (prescrição / extinção de punibilidade / renúncia expressa ou decadência do direito de queixa ou representação / composição sem efeitos civis, mas que importem em renúncia do direito de representação ou queixa / transação penal homologada e cumprida) é de 2 anos e a destinação final é a eliminação. O prazo de guarda para RÉU CONDENADO (pedido de arquivamento pelo MP do termo circunstanciado / pedido de arquivamento do termo circunstanciado por não localização da sedizente vítima / transação penal homologada, sem certificação sobre o cumprimento) é de 5 anos e a destinação final é a eliminação.
****	INQUÉRITO POLICIAL - o prazo de guarda para CRIMES PRESCRITÍVEIS é de 20 anos e a destinação final é a eliminação. A destinação final para CRIMES IMPRESCRITÍVEIS é de guarda permanente .

TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS UNIFICADA - JUSTIÇA ESTADUAL**OBSERVAÇÕES:**

(1)	Em observância à capacidade plena do agente.
(2)	Prescrição geral prevista no Código Civil – art. 205 como precaução para os casos de ajuizamento de ação de execução baseada em sentença condenatória.
(3)	Os Juizados Especiais não tratam das ações especificadas como permanente na TTDU; nos juizados todos os direitos são disponíveis; não cabe ação rescisória e os processos de personalidades e / ou indicado pelos magistrados serão preservados como de guarda permanente pelo critério de amostragem.
(4)	Prazo definido como de guarda longa por cautela.
(5)	Em decorrência da expectativa de vida da pessoa.
(6)	Prazo prescricional.
(7)	Os prazos garantem a eventual interposição de ação rescisória, e observam os prazos prescricionais para as verbas sucumbenciais.
(8)	▪ Não cabe pena privativa de liberdade;
(9)	CRIMES PRESCRITÍVEIS - Em observância ao prazo máximo prescricional previsto no Código Penal.